



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ISADORA AURELIANO DE ARAÚJO

**UM TRABALHADOR ALEMÃO EM PAULISTA DURANTE O ESTADO NOVO  
(1937-1945)**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Recife

2022

ISADORA AURELIANO DE ARAÚJO

**UM TRABALHADOR ALEMÃO EM PAULISTA DURANTE O ESTADO NOVO  
(1937-1945)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Isabel Cristina Martins Guillen.

Recife  
2022

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<b>A POLÍTICA DO ESTADO NOVO.....</b>	<b>8</b>
<b>OS ALEMÃES NO BRASIL DURANTE A SEGUNDA GUERRA.....</b>	<b>14</b>
<b>A DOCUMENTAÇÃO COMO GUIA.....</b>	<b>21</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>27</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>28</b>

# UM TRABALHADOR ALEMÃO EM PAULISTA DURANTE O ESTADO NOVO (1937-1945)

Isadora Aureliano de Araújo

## RESUMO

O presente artigo nasce a partir do aguçar do interesse que a leitura crítica de um processo trabalhista foi capaz de desenvolver. Expõe-se a história de Walter Koenig, um trabalhador advindo da Alemanha, que ajuizou um processo na Junta de Conciliação e Julgamento de Paulista em 1946. O trabalhador reivindicava seus direitos trabalhistas após ter ficado detido em um campo de concentração durante o período em que o Brasil esteve envolvido diretamente na Segunda Guerra. Descreve-se a trajetória do processo trabalhista e seu desfecho, para posteriormente contextualizar em quais circunstâncias os acontecimentos de ordem política e social. O artigo encerra com uma incitação ao uso dessa modalidade de fonte histórica no ensino básico e ao consequente benefício da sua preservação.

**Palavras-chave:** Companhia de Tecidos Paulista; Brasil na Segunda Guerra; Processo Trabalhista;

## ABSTRACT

The present article is born from the interest that the critical reading of a labor case was able to develop. The story of Walter Koenig, a German worker, who filed a lawsuit in the Conciliation and Trial Board of Paulista in 1946, is exposed. The worker was claiming his labor rights after being detained in a concentration camp during the period in which Brazil was directly involved in World War II. The trajectory of the labor process and its outcome is described, to later contextualize the political and social events. The article is closed with an incitement to the use of this kind of historical source in primary education and the consequent benefit of its preservation.

**Keywords:** Companhia de Tecidos Paulista; World War II; Labor process

## INTRODUÇÃO

Durante a minha trajetória na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) atuei como bolsista no Laboratório de História e Memória (LAHM), que fica localizado no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH). O LAHM possui a salvaguarda de processos trabalhistas que pertenciam ao Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região, estes passam por um processo de conservação e são adicionados em um acervo online. A manutenção dos mencionados arquivos demonstra os esforços do ensino superior público em preservar uma documentação rica. A documentação em questão permite o estudo e conhecimento sobre condições de trabalho – e de vida – do passado (DABAT, 2015).

Assim como a historiadora Christine Dabat, Fernando Teixeira e Ângela de Castro Gomes reforçam como a Justiça do Trabalho esteve pautada no social, e por essa razão é passível justificar a utilização dos processos trabalhistas para a compreensão de questões sociais:

Atentamos para suas visões a respeito de como ela se tornou uma instituição que, mesmo se ocupando dos incontáveis dissídios individuais, tem que se voltar fortemente para os dissídios coletivos e para a defesa dos direitos ao trabalho de pessoas portadoras de necessidades especiais, de grupos étnicos etc. Enfim, como a Justiça do Trabalho pode ser uma instância de promoção de valores como o da tolerância à diversidade e diminuição da exclusão social.

GOMES, Ângela de Castro; TEIXEIRA, Fernando, 2018

Diante da atuação na catalogação de diversos processos pertencentes a Junta de Conciliação e Julgamento de Paulista encontrei o documento que inspirou o presente trabalho. O processo do trabalhador alemão Walter Koenig transmitia a insatisfação de um trabalhador que desejava ser reintegrado em suas funções, questão que frequentemente surgia nos processos trabalhistas de Paulista na década de 40. A particularidade da trama que envolve a história de Walter Koenig consiste no motivo pelo qual o mesmo foi afastado de suas funções: o trabalhador era considerado um perigo para a segurança nacional.

Walter Heinrich Koenig ocupava o cargo de técnico na Companhia de Tecidos Paulista (CTP)<sup>1</sup>, e residia com sua esposa na Rua do Comércio, nº 49, na cidade de Paulista. Estava trabalhando na empresa desde 25 de junho de 1933, na sua contratação constava um

---

<sup>1</sup> A Companhia de Tecidos Paulista (CTP) foi uma das principais indústrias têxteis do Brasil, segundo Rosilene Alvim (1994) a CTP chegou a ter mais de 20 mil trabalhadores no final da Segunda Guerra Mundial, número bastante expressivo. A CTP era um empreendimento da família Lundgren, que obteve grandes lucros e o monopólio do município de Paulista durante décadas.

acordo para um serviço de duração de quatro anos. Após o término dos quatro anos, obteve o vínculo empregatício renovado pelo mesmo período e assim sucessivamente, até que se tornou um contrato de trabalho de prazo indeterminado.

Anteriormente ao afastamento forçado, o trabalhador alemão afirmou que foi detido na Casa de Detenção em Recife, em 8 de abril de 1942, após o sr. Tass, um inglês também funcionário da CTP, denunciar o mesmo. Detalhes sobre o ocorrido não são compartilhados no decorrer do processo, tendo em vista que o auto trabalhista girava em torno de um interesse por parte do alemão em retornar para seu ambiente de serviço. Todavia, a partir das investigações procedidas por Susan Lewis no arquivo do DOPS é possível reconhecer outros pormenores que envolvem o caso da prisão, que serão tratados com sua devida atenção em páginas seguintes.

Em 3 de dezembro de 1942 Walter Heinrich Koenig foi afastado de suas funções, devido ao estado de guerra estabelecido entre Brasil e Alemanha, com a entrada do Brasil no conflito da Segunda Guerra. Além de estar impedido de trabalhar, o trabalhador foi encaminhado para o Engenho Chã de Estevão, que ficou conhecido como um campo de concentração, sendo inclusive o termo utilizado pelo juiz que julgou o processo. O espaço contava com autoridades brasileiras, que faziam a supervisão dos presos. Durante o tempo em que esteve no local seu salário foi reduzido de Cr\$ 1.600,00 (mil e seiscentos cruzeiros) para Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros).

A medida que configurou para a transferência para o Engenho Chã de Estevão, localizado em Paulista, fez parte de decisões que permearam a esfera política e empresarial da cidade de Paulista, ocorridas e justificadas sob o viés da Segurança Nacional. Em nome do bem comum, diversos outros alemães que trabalhavam na CTP foram forçados a conviver e a trabalhar no Engenho Chão Estevão, devido a sua nacionalidade e ao clima de desconfiança que pairava com relação a todos os alemães no período de guerra.

No processo, o trabalhador afirma que fez parte de uma segunda leva, sendo a primeira composta por oito alemães. Na audiência trabalhista, transcrita no processo ajuizado na Junta de Conciliação e Julgamento de Paulista, Walter Koenig informou que a prática de aprisionamento de alemães durante o período da guerra partiu de uma negociação feita entre a CTP e a polícia. O destino de outros alemães foi a mudança de caráter mandatório para o Sul do país, conforme desejava o Exército, sob a justificativa de que Paulista era uma zona de guerra, sendo preferível a expulsão dos indesejáveis. Assim, o funcionamento do Engenho Chã de Estevão se deu a partir de uma concessão obtida pelos Lundgren.

Em 19 de agosto de 1945 ocorreu a sua saída do campo de concentração devido ao seu estado de saúde, que o levou para o Hospital Português por 12 dias. As despesas médicas foram pagas pela CTP, e posteriormente descontadas no salário do funcionário, sendo realizadas em parcelas de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros). Após a doença não retornou para o Engenho e se manteve em tratamento de saúde.

A versão do trabalhador alemão exposta no processo trabalhista também revela que, em setembro de 1945, teria conversado com Frederico Lundgren, proprietário da CTP, o qual teria lamentado a situação do trabalhador. Neste contato, Lundgren teria manifestado seu desejo em trazer Walter Koenig de volta para o trabalho na fábrica, mas não teria condições de fazê-lo devido às limitações impostas por leis de Guerra.

Em novembro, o trabalhador afirmou que o Sr. Valentine, inglês e Diretor Presidente da Companhia, convocou os mestres e contramestres e questionou se todos estavam de acordo com o retorno de Walter Koenig, o que ocorreu de forma absoluta. Em 14 de janeiro de 1946, o trabalhador afirmou ter sido convidado a retornar ao trabalho, o que aceitou prontamente, requerendo apenas uma residência, visto que estava hospedado na casa de parentes e que seus móveis foram deixados no Engenho Chã Estevão.

Contudo, apenas três dias após o chamado, foi informado que os ingleses que trabalhavam na CTP não consentiram a sua volta, ameaçando abandonar seus respectivos cargos. Dessa forma, Sr. Valentine pediu a assinatura em um contrato de rescisão trabalhista que oferecia o pagamento de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) como valor indenizatório. Walter Koenig recusou e afirmou ter recebido mais duas propostas, uma no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) e a segunda no valor de Cr\$ 14.600,00 (quatorze mil e seiscentos cruzeiros), ambas igualmente rejeitadas.

A ação trabalhista movida por Walter Koenig pleiteava por seu retorno ao cargo, que foi negado por diversas vezes pela CTP. O advogado da Companhia, em audiência, buscou desassociar o empregado da empresa, negando a existência de um vínculo trabalhista em vigor, pois considerava que o tempo afastado foi uma rescisão automática. O argumento, todavia, é combatido pelo lado do trabalhador, que comprova o recebimento de salário durante todo o período, ainda que diminuído em Cr\$ 600 (seiscentos cruzeiros).

A contribuição para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) também fortalece a argumentação, assim como a ajuda inicial de custo no período em que o mesmo esteve doente. Afirma também que durante o período que esteve preso continuou sendo descontado por suas contribuições ao Sindicato, na Legião Brasileira de Assistência e, nos primeiros anos, por Obrigações de Guerra. Os documentos mencionados foram levados

para as audiências em envelopes, que constam no anexo do processo trabalhista, que segue conservado no acervo online e físico do Laboratório de História e Memória (LAHM).

O advogado da CTP, Aluísio Porto Paiva, negava entendimento da CTP com a polícia, e afirmou que existiu somente uma atitude de ceder o espaço para a polícia, e que no local só estavam alemães e todos eram funcionários da empresa. Acerca dos documentos expostos pelo funcionário, declarou que a proposta dos Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) não possuía um caráter indenizatório, mas também era com o objetivo de ajudar o ex-funcionário. O mesmo discurso foi utilizado para tratar da quantia fornecida em momento de saúde, pois alegava que a empresa queria ajudar o trabalhador.

A empresa, em suas últimas considerações, afirmou que Walter Koenig esteve preso durante um período de 3 anos, 4 meses e quatorze dias. Afirmavam que o tempo caracterizaria o rompimento do vínculo, o fator era somado com a acusação da existência de uma ideologia, por parte do trabalhador, contra a qual lutava o povo brasileiro. Em suas palavras,

“As suas atitudes e as suas convicções políticas, consideradas pelo governo perigosas à Segurança do Estado, podem alterar de qualquer modo as condições normais de pagamento, no tocante à rescisão do contrato de trabalho. Os arts. 3º e 4º da Consolidação das Leis do Trabalho contém subsídios valiosos para a solução da hipótese quando define o empregado e o que se deve considerar como serviço efetivo.”

(TRT 6ª Região, JCJ Paulista. Processo 0089/1946.)

A afirmativa da empresa, realizada durante uma das audiências que ocorreram, não esteve pautada em argumentações sólidas e comprobatórias, mas demonstravam a busca por um respaldo das leis para justificar uma demissão. Em dado momento, recusaram o pagamento indenizatório para o trabalhador, pois questionavam a estabilidade conquistada por 10 anos de serviço sob o argumento de que o tempo no Engenho não deveria ser contado. Noutro momento, buscavam construir a imagem do alemão indesejado, uma ameaça nazista, que deveria ser considerada demitida por justa causa.

O juiz, após ouvir as partes e suas alegações, deu ganho de causa ao trabalhador alemão em 23 de maio de 1946, com a decisão de que a CTP deveria indenizar o mesmo com 41.600,00 (quarenta e um mil e seiscentos cruzeiros), visto que a mesma se dispôs a readmitir o trabalhador em suas funções. As custas processuais, também de responsabilidade da empresa, foram totalizadas em Cr\$. 1.158,00 (mil e cento e cinquenta oito cruzeiros).

A Companhia, inconformada com a decisão, recorreu em 31 de maio de 1946. Foi realizada uma sessão extraordinária em 02 de julho de 1946, e nestes casos de reforma de

decisão, no qual ocorrem votações para resolução do conflito, a maioria votou pela reforma da decisão em parte, sendo o valor da indenização correspondente aos 9 anos de serviço. Walter Koenig recusou inicialmente, mas por fim aceitou a quantia e, em 18 de novembro de 1946 o auto trabalhista foi encerrado com o pagamento de Cr\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos cruzeiros).

O processo, e toda a documentação que o constitui, principalmente as inquirições ocorridas durante o caso de Walter Koenig permitem formular várias questões sobre as relações de trabalho em Paulista durante a Segunda Guerra Mundial, ao mesmo tempo em que delineia diversas outras sobre como o Estado brasileiro lidou com a presença do “inimigo” em seu território.

O que o processo nos diz sobre esta e várias outras questões? Um conflito imposto diante da urgência de um trabalhador pelo retorno de suas funções impõe o desdobramento de diversos pontos que coexistiam na dinâmica de Paulista. A análise do processo, assim, identificando a conjuntura social em que está inserido, propõe entendimento e descobertas acerca das relações entre os alemães, o Estado e os Lundgren em um momento de incertezas e hostilidades.

## **A POLÍTICA DO ESTADO NOVO**

O Brasil possui em sua trajetória histórias de violência e repressão, sendo a prática democrática um desafio recorrente no âmbito político. O nascimento de um dos períodos mais autoritários dessa jornada ocorreu em 1937, quando o presidente Getúlio Vargas apresentou aos brasileiros, através do programa de rádio *Hora do Brasil*, a nova Constituição, outorgada após o golpe que instituiu o Estado Novo, neste mesmo ano. A existência do novo texto constitucional foi justificada por Getúlio como uma necessidade de renovação, dado que a Constituição de 1934 seria, em sua concepção, demasiadamente liberal.

Conforme aponta Pandolfi (2019), é importante perceber o Estado Novo como o resultado de práticas políticas que antecederam sua consagração em 1937, sendo um projeto que iniciou a partir da Revolução de 1930. No período que antecedeu a dita Revolução, o partido de Getúlio, a Aliança Liberal, defendia uma reforma no sistema político capaz de dar fim às fraudes eleitorais. Além disso, carregava a bandeira dos direitos sociais correspondentes aos trabalhadores. Os tenentistas, um grupo de jovens oficiais do Exército, estiveram ao lado dos aliancistas, unidos pelo mesmo propósito de renovação política, mas com objetivos singulares.

A derrota de Getúlio Vargas nas eleições de 1929 culminou em problemas internos no partido, que devido a sua pluralidade de indivíduos e interesses, presenciou conflitos acerca do próximo passo que seria dado. Uma parte desejava a tomada de poder, enquanto outra demonstrava aceitar a derrota. Getúlio esteve com o grupo que permaneceu no partido e apoiava o golpe. A articulação proporcionou Getúlio Vargas com o Governo Provisório durante dois anos.

O Governo Provisório (1930-1934) esteve marcado por uma série de críticas, confeccionadas pela quebra de expectativa correspondente aos antigos aliancistas, de segmentos diversos. A elite paulista também exercia pressão sob a governança de Getúlio, conforme explica a autora Maria Helena Capelato, pois a centralização do poder afetava diretamente o estado de São Paulo, que possuía uma história de privilégios mediante ao federalismo imposto pela Proclamação da República em 1889.

A situação paulista divergia da posição dos estados da região Norte e Nordeste do país, segundo Dulce Pandolfi (2007), pois estes prezavam por um Estado mais centralizado e intervencionista, ou seja, desejavam o inverso do modelo anteriormente estabelecido. Getúlio correspondia ao desejo por um Estado intervencionista e centralizador, que agradava não somente aos grupos citados, mas também aos tenentistas.

A primeira medida de grande relevância do Governo Provisório foi a criação de um sistema de interventorias, que tinha como objetivo centralizar o domínio de Getúlio Vargas, que passava a ter uma relação direta com as decisões que atingiam os estados brasileiros. A partir de 1930 deixava de existir a figura do governador escolhido pela população e passava a vigorar a do interventor, que era escolhido pelo presidente.

O Governo Provisório possuiu diversas medidas de caráter social, como a criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio – reconhecido na época como Ministério da Revolução – e o Ministério da Educação e Saúde Pública. A ideia de proteção ao trabalhador imperava nos discursos e mudanças que eram realizadas, todavia é necessário salientar que as leis trabalhistas em questão foram reivindicadas pelos trabalhadores durante décadas. E, conforme aponta Alcir Lenharo (1986), os benefícios conquistados pelos trabalhadores durante o governo de Getúlio Vargas estavam pautados sob a estratégia de envolver os trabalhadores, principalmente com o crescimento do setor industrial.

Além da correspondência aos anseios dos trabalhadores, Getúlio proporcionou uma legislação específica que exigia ao menos dois trabalhadores brasileiros em estabelecimentos do tipo comercial ou industrial. O apelo nacional do presidente demonstrava a valorização de um projeto nacionalizador que estava em curso.

Pandolfi destaca que o período do Governo Provisório foi marcado por uma fase em que as Forças Armadas estavam frágeis e fragmentadas, enquanto os tenentistas apoiavam o projeto político de Getúlio a alta oficialidade do Exército era contrária. Assim, a insatisfação tomava conta de uma parcela de militares e civis, que pressionavam constantemente em prol do fim do Governo Provisório.

Os paulistas se organizaram na montagem do que ficou conhecida como a Revolução Constitucionalista, devido ao anseio por uma Assembléia Constituinte. Fábricas foram utilizadas para armazenar material bélico, porém apesar dos esforços o resultado foi a derrota e a prisão de alguns envolvidos, que também perderam seus direitos políticos. O cenário também esteve configurado pelo abandono de pessoas que contribuíram para o golpe, como alguns tenentistas que se arrependeram de apoiar Getúlio. Outra parcela da população demonstrou seu descontentamento aderindo ao integralismo ou ao comunismo.

A Assembléia Constituinte ocorreu em 1933 e teve seu fim sete meses depois, já no ano de 1934. A nova Constituição marcava o início de uma reformulação nas bases políticas do país, contudo não abrangia todos os desejos de Getúlio Vargas, que necessitou realizar diversas concessões para que o texto fosse aprovado. A partir da Constituição em vigor foram realizadas eleições indiretas que definiram o mesmo como presidente do país; era o fim do Governo Provisório.

Entre 1934-1937 Getúlio Vargas governou mediante a uma Constituição que possuía uma identidade liberal e democrática, que correspondia aos discursos presentes na Revolução de 1930. O momento histórico do golpe ocorrido em 1930 e seus turbulentos anos seguintes são importantes para a compreensão do que viria a ser o Estado Novo, mediante à ideia de que o autoritarismo de Getúlio Vargas esteve presente em todas as fases de sua governança. E, todas as suas medidas demonstravam sua busca incessante pelo nacionalismo, compreendido com a sua figura centralizadora e até mesmo conquistadora, ao pensar nas medidas sociais que foram empreendidas aos trabalhadores.

A chegada de 1938 indicava uma preocupação para Getúlio, pois no momento os representantes políticos eram limitados a um único mandato com duração de quatro anos. A intentona comunista de 1935, que foi uma rebelião contra o Estado e o governo, foi duramente reprimida. O conflito revelou uma face ainda mais violenta do regime, que passou a combater de forma menos reprimida qualquer pessoa que demonstrasse seu descontentamento. Getúlio buscou prorrogar o estado de guerra, o que garantiria sua continuidade como presidente da república, mas meses depois a Câmara dos Deputados

rejeitou seu pedido, assim em novembro de 1937 o Congresso era cercado pela polícia militar: era o início do Estado Novo (PANDOLFI, 2019).

O apoio da polícia militar é reforçado por Elizabeth Cancelli (2007), que explica como essa união de forças institucionalizou uma organização policial “ávida por servir e transformar-se no mais importante braço executivo do regime e dos interesses do Estado”. O elo formado entre o setor policial e Getúlio garantiram a repressão dos inimigos do presidente, que eram considerados por ele como inimigos do Estado, por considerarem a si mesmos como a representação do Estado. Cancelli indica que a atuação violenta da polícia durante o período ditatorial inaugurou novas formas de repressão, e serviu a interesses específicos.

O período do Estado Novo se faz essencial para a compreensão da dinâmica existente no contexto em que o processo do trabalhador Walter Koenig foi ajuizado na Junta de Conciliação e Julgamento de Paulista. A divisão elaborada por Capelato se mostra bastante oportuna, sendo esta composta por dois momentos: 1937-1942 que seriam os anos de estabelecimento do Estado Novo e 1942-1945 que se caracterizam pela entrada do Brasil na Guerra.

Acerca do primeiro momento, cabe ressaltar especialmente a cultura e os valores que foram disseminados para a população brasileira. Estes, partiram da atuação de Vargas e de seus apoiadores com o intuito de compor um pensamento único, ou talvez, a abstenção do exercício do pensamento, que seria substituído pelo Estado, que pensaria pelo indivíduo. A tentativa, que parte de um desejo impossível de ser alcançado, não demonstra ineditismo, pelo contrário, em diversos pontos Getúlio demonstra semelhanças com as práticas autoritárias de outros regimes, principalmente com o nazifascismo.

A definição de totalitarismo, exposta por Capelato através de uma citação de Pierre Ansart é bastante eficaz para a compreensão do Estado Novo:

O totalitarismo, segundo o autor Pierre Ansart (1983), produz estruturas sócio-afetivas que se caracterizam por uma dimensão emocional intensa. Em regimes dessa natureza, a propaganda política atua no sentido de aquecer as sensibilidades e tende a provocar paixões. Os sentimentos, fenômenos de longa duração, são manipulados de forma intensa pelas técnicas de propaganda com o objetivo de produzir forte emoção. Mas os móveis das paixões variam conforme o momento histórico (honra, riqueza, igualdade, liberdade, pátria, nação etc.), e, no caso das experiências totalitárias, alguns móveis são comuns (por exemplo, o amor ao chefe, à pátria/nação), e outros, específicos (como o anti-semitismo).

Alcir Lenharo, em *Sacralização da Política*, contribui para essa conceituação, que afirma a atuação estratégica em uma linguagem voltada para o emocional. Lenharo afirma que a classe operária detém para si maior atenção durante o período ditatorial, como a “menina dos olhos”, pois Getúlio admitia que sem o apoio dos trabalhadores não seria possível concretizar a sociedade que desejava.

A propaganda obteve um papel decisivo durante o Estado Novo, pois era um meio bastante eficaz para atingir diversos públicos, em diferentes momentos do dia. Capelato, em *Repensando o Estado Novo*, explica que nem todas as pessoas do Governo Vargas declararam seu apoio aos governos nazifascistas, porém existiram casos que ocorreram de forma transparente. Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e Filinto Muller, chefe da polícia política, se enquadram nesse segundo grupo e, vale ressaltar, desempenhavam importantes cargos.

Assim, os jornais precisavam ser registrados no DIP e, quando tinham seu registro rejeitado eram considerados jornais independentes, estes geralmente possuíam vida curta diante da cassação realizada pelo governo. O intuito era combater opiniões contrárias e preservar uma narrativa única, sendo esta contribuinte da figura de um presidente incapaz de errar para com o seu povo. Conforme menciona Lenharo, a “infinita infalibilidade”, dita por Hannah Arendt, se aplica muito bem ao contexto, visto que a propaganda estadonovista apregoava a ideia de que Getúlio possuía uma coleção de acertos, sem nunca errar. Não foi por acaso o apelo aos três elementos: a pátria, a bandeira e o chefe, para Lenharo existiu uma evidente referência à Santa Trindade, da simbologia cristã.

Capelato (2019) reforça que Getúlio ocupava a posição que fosse oferecida pela necessidade do momento, assim “era comparado ora a um sociólogo, porque conhecia profundamente a sociedade, ora a um psicólogo, porque sabia interpretar a alma brasileira, ora a Jesus Cristo, porque se sacrificava pelo povo”. A sua figura foi moldada pelos discursos políticos e pela propaganda para ser adaptável ao momento, no intuito de passar para a sociedade a crença do líder inquestionável.

Além dos jornais impressos, que possuíam muita relevância para atingir públicos específicos, o rádio também foi um recurso de importante atuação. A autora Lúcia Lippi Oliveira (2019), explica que o rádio passou por um período experimental durante os anos 1923 até 1935, sendo em 1932 a primeira grande utilização com fins políticos pela revolução constitucionista de São Paulo.

O programa de rádio *Hora do Brasil* foi comumente utilizado por Getúlio para a exibição de seus discursos energéticos durante o seu governo. O programa, segundo Oliveira desempenhava uma função imprescindível na busca pela formação de uma identidade nacional, pois buscava simbolicamente agrupar os brasileiros em uma comunidade homogênea.

O interesse pela unificação compactuava com os objetivos de dominação do Estado Novo, assim, para Lenharo, Getúlio seguiu caminho semelhante ao de Hitler, O ditador alemão, por sua vez, focalizou excessivamente o rádio como principal recurso de propaganda, pois considerava a palavra falada com maior impacto do que a palavra escrita. A semelhança entre os ditadores, no quesito propaganda, consiste na utilização do rádio como um dos principais instrumentos de dominação dos meios de comunicação, devido ao seu alcance, pois os ouvintes seriam uma nova forma de multidão.

Por Hitler e por Getúlio, o rádio foi utilizado a partir de uma linguagem acessível e popular, que visava atingir todos os públicos. Dessa forma, o rádio conquistava pessoas analfabetas e os tornava pertencentes às novidades políticas, a inclusão, todavia, estava a serviço de um projeto político. No Brasil, “muito se insistia no fato de que o rádio devia estar voltado para o homem do interior, contribuindo para o seu desenvolvimento e integração na coletividade nacional.” (CAPELATO, 2007).

O uso do rádio, contudo, não esteve limitado aos discursos de incitação política. Segundo Capelato existiam três principais funções embutidas: informativa, cultural e cívica. Assim, muitos programas culturais e de entretenimento faziam parte da programação rotineira que era exibida nas casas das pessoas e em praças públicas, por meio de auto-falantes. Utilizando a argumentação de José Inácio de Melo Souza (1990), é possível relacionar esse uso diverso para o rádio como uma medida planejada, dado o alcance do instrumento.

Outro ponto que se faz necessário destacar é a mescla de sentimentos envolvidos na propaganda varguista, os discursos presentes nos rádios e nos jornais não eram em sua totalidade para configurar emoções positivas acerca de seu líder, em muitos casos a emoção desejada era medo e repulsa. Assim, era possível criar uma atmosfera de ódio voltada para determinados públicos, que divergiam da identidade nacional buscada, como foi o caso de diversos estrangeiros.

A relação entre Brasil e Alemanha entra como pauta dos discursos de ódio a partir da entrada do Brasil no conflito mundial, anteriormente existiu uma relação de interesses que era correspondida de forma mútua. A partir da renovação da constituição em 1937, obtida através do golpe de Estado, era perceptível que o teor liberal da constituição de 1934 era deixado no

passado. Segundo Andrea Rahmeier (2008), verifica-se que decorreu de forma lenta o conflito entre as duas nações, uma vez que Getúlio só veio a proibir as manifestações do partido nazista alemão no Brasil em 1938, enquanto partidos brasileiros estavam proibidos desde 1937.

Na concepção de Rahmeier existiu uma dinâmica de interesses que impedia uma retaliação agressiva nos primeiros momentos, logo essa questão foi se intensificando de forma gradual no Estado Novo. O objetivo da campanha de nacionalização afetava os imigrantes, através de inúmeras leis que foram criadas entre 1937 e 1942, foram afetados os núcleos de imigrantes que residiam no país e os trabalhadores estrangeiros. A diplomacia alemã encontra seus principais embates a partir das medidas que foram tomadas, como por exemplo o bloqueio realizado pelo exército na existência de escolas alemãs na região Sul do país.

Dessa forma, o Estado intervencionista e centralizador passava a impactar na vida dos alemães que residiam no país. A propaganda, neste espectro, serviu de estímulo para descaracterização de culturas, religiões e posicionamentos políticos que divergiam do ideário pressuposto por Vargas e seus apoiadores. Apesar do impacto que os meios de comunicação obtiveram com os discursos de ódio, é necessário afirmar que estas por si só não são e não foram capazes de transformar o pensamento de toda uma nação. Nas palavras de Capelato (2007), a propaganda do Estado Novo e seus discursos de ódio só reforçaram tendências que já existiam na sociedade.

## **OS ALEMÃES NO BRASIL DURANTE A SEGUNDA GUERRA**

As políticas defensivas aos estrangeiros foram habituais durante o governo de Getúlio Vargas, mas não nasceram com o Estado Novo, tampouco foram inauguradas pela gestão do governante. Desde 1910 existiam manifestações de repúdio à presença de imigrantes no país, ocorridas devido ao teor anarquista presente principalmente em imigrantes italianos e espanhóis, contudo os alvos dos ataques foram modificados durante as décadas diante dos eventos inaugurados na política externa e interna.

A partir de 1920 ocorreu uma entrada expressiva de judeus no território brasileiro ocasionada pela Primeira Guerra. O recebimento do novo grupo se deu em grande parte da população com estranhamento e difamação, que ora esteve pautada pela suposta ideologia comunista, e outrora, por Vargas, também na ideologia capitalista que afetava diretamente o

seu projeto de nacionalização (LEWIS, 2005). O clima de aparente amizade com os judeus é tido como encerrado definitivamente a partir de 1935, devido ao atrito político perpetuado com os grupos comunistas e o governo de Vargas, foi o período em que diversas pessoas de origem judaica passam a ter o visto cassado.

O governo havia determinado, de forma inicial, a chegada dos judeus – assim como dos outros estrangeiros – como uma oportunidade de mão-de-obra capaz de suprir as necessidades econômicas, uma vez que na década de 1930 perpetuava pelo país a ideia de tornar as fábricas mais industriais e tecnológicas. O fator abria as portas para outras nacionalidades, e é nesta mesma década que o trabalhador alemão Walter Koenig, precisamente em 1933, chegava ao Brasil para trabalhar como técnico, função que demandava conhecimentos específicos.

No contexto de sua chegada, este trabalhador e outros trabalhadores, eram compreendidos pelo Estado como uma alternativa positiva para o crescimento do país. Susan Lewis retrata que, para cientistas e intelectuais, todavia, os estrangeiros eram um assunto em constante discussão, dada a dificuldade de assimilação. Os trabalhadores alemães, como Walter Koenig, só passaram a ser um dos maiores alvos de ataques a partir da entrada do Brasil no conflito da Segunda Guerra, pois o cenário que predominava antes disto era composto por movimentações do Itamaraty, que facilitava a chegada de alemães. Ainda que a facilitação ocorresse por interesses de desenvolvimento industrial, que timidamente eram supridos, é necessário pontuar que a divergência política e cultural dos imigrantes no início do século XIX já era considerada um incômodo (Weber, 1994) mas, em 1942, passa a ser indesejável (Lewis, 2005).

Lana Monteiro (2006) explica que as ações contra os estrangeiros durante os anos de Getúlio eram respaldadas pelas leis, a prática servia para proteger a imagem do ditador, em suas palavras “O emprego da força e da violência, quando feitos em nome da lei, procurava assim ser revestido diante da sociedade como signo da necessária aplicação da justiça.”. As leis fomentadas praticavam um tipo de violência direcionado ao estrangeiro enquanto indivíduo que possuía uma bagagem cultural de seu país de origem, essas medidas legais buscavam impor o abasileiramento através de uma assimilação.

O cenário de guerra existente no período da Segunda Guerra é vivenciado em diversas regiões que contavam com trabalhadores alemães. Márcio José Pereira (2010) retrata a violência através da imprensa sofrida por esses trabalhadores que residiam em Curitiba, segundo o autor o grupo alemão procurava por atualizações da Guerra nos jornais e era bombardeado por afrontas a sua cultura. A situação ocorria também em Pernambuco, Lewis

(2005) evidencia que diariamente o interventor de Pernambuco, Agamenon Magalhães, se dirigia para Rua da Aurora e adentrava na Rádio Clube para ler os artigos de sua própria autoria. Os artigos pertenciam ao seu jornal, o *Folha da Manhã*, e eram carregados de discursos de ódio e incitação da violência em nome do bem para o Brasil.

O caráter emocional e apelativo dos discursos de Agamenon ganham a cunha de “pregações” por Lewis, tais sermões serviam para converter as ideias dos sujeitos que as ouviam. Márcio Pereira afirma que a atuação das mídias a partir de 1942 esteve pautada com o objetivo, ainda mais agressivo, de impactar nas ações da população, em suas palavras: "a principal função da notícia é introjetar normas de comportamento social, em que os comportamentos inadmissíveis são passíveis de castigo e punição.". É indispensável admitir e reforçar que a sociedade que compôs a população brasileira da década de 1940 era composta também por pessoas que defendiam o regime getulista e que o jornal por si só não era capaz de transformar o caráter dos apoiadores, contudo a mídia exerceu papel de relevância.

O líder do país com o controle quase total da imprensa fundamentou ideias de desconfiança e tensão pelos alemães, é nesse contexto que ocorre o “quebra-quebra” em agosto de 1942. O incidente se tratou de uma manifestação odiosa de grupos formados por brasileiros que depredaram estabelecimentos de alemães, japoneses e italianos, sob a justificativa do ataque alemão do dia 15 de agosto de 1942. É nessa sociedade que culpabiliza e castiga pessoas de nacionalidade alemã por questões políticas de seu país de origem que Walter Koenig é detido.

O alemão que deu inspiração para esse estudo menciona de forma breve em seu inquérito trabalhista sobre a Casa de Detenção, que esteve em virtude de um episódio que não se pode comprovar qualquer indício de uma real atitude ideológica que partiria para o nazi-fascismo. A partir das pesquisas realizadas por Susan Lewis no arquivo do DOPS, é possível reconhecer a presença de Walter Koenig em uma das documentações expostas em sua obra de doutorado. O documento permite a identificação do caso que é citado no processo trabalhista, mas não contém grandes pormenores.

O conteúdo extraído, apesar de breve, auxilia na compreensão dos acontecimentos que ocorreram durante a história de Walter Koenig. A ação policial aconteceu em março de 1942, motivada por falas proferidas pelo trabalhador e por alguns colegas contra o Brasil. Os comentários não eram manifestações em prol do nazismo, que eram comumente punidas de forma coerente, mas se tratavam apenas de falas que criticavam aspectos do país. Tratava-se de uma conversa de bar, precisamente no Clube Europeu, localizado no município de Paulista, o encontro teria começado por uma iniciativa de Walter Burr, que era chefe técnico

da Companhia de Tecidos Paulista. Walter Koenig, que também ocupava uma posição de técnico, foi mencionado pelo relatório do DOPS como o último a chegar no recinto:

“[...] cerca das vinte e três horas vinha também sentar ao seu lado o alemão Walter Koenig, que, juntamente com os demais presentes, passou a beber com o declarante; que, durante esse tempo, vários assuntos foram ventilados [...] o declarante veio a dizer que a base aérea do Ibura possuía apenas dez aviões, sendo cinco quebrados e cinco obsoletos; que, entretanto, tem dúvida sobre se disse cinco ou dois”

LEWIS, 2005

As opiniões expressas durante uma conversa de bar foram motivo para uma prisão, a atitude de denunciar demonstra na prática o efeito da tensão ocasionada pelo período de guerra. Frequentemente ocorriam denúncias de atitudes suspeitas, esta resposta da população local corresponde como uma reação ao medo instalado pelo conflito mundial, e conseqüentemente, reforçada pelas frequentes notícias de nazistas infiltrados em território brasileiro que eram divulgadas pela imprensa.

Segundo Susan Lewis, nesse período o trabalho da polícia pernambucana com as investigações de alemães era publicado nos jornais como uma demonstração para a sociedade do trabalho do Estado em garantir a segurança dos seus. O ato estava pautado na política de Getúlio, que possuía a necessidade de expressar uma determinada feição de cuidado e proteção. Portanto, é bastante pertinente a colocação de Lana Monteiro ao afirmar que o alicerce do governo de Getúlio Vargas era o povo e as classes armadas.

Apesar deste caso em específico não demonstrar um apoio direto aos nazistas, é importante mencionar que existiram alemães que viviam no país e eram apoiadores de Hitler. Os grupos de alemães que compactuavam com o nazismo correspondiam com o retrato do alemão perigoso divulgado pelas autoridades, o compreensível medo e desconfiança, contudo, levavam a percepção de qualquer pessoa desta nacionalidade como um potencial inimigo. Na Fábrica Lafaiete o alemão Evaldo Stalleiken foi descoberto após a população perceber que a formação de uma suástica na ilustração presente nas carteiras de cigarro confeccionadas pela fábrica.

Walter Koenig, que vivenciava uma nova forma de prisão após o episódio do bar, foi acusado por mais de uma vez de representar o dito perigo alemão. A perseguição, que deve ser considerada de tal forma até que se prove o contrário – e jamais foi provado baseado nos documentos encontrados – fazia parte de uma realidade no contexto de guerra sob o governo ditatorial varguista. Lana Monteiro elucida que fazia parte do cotidiano a relação de troca de

informações entre a polícia e a imprensa, e conseqüentemente entre os moradores, esse veículos eram encorajados a relatar situações consideradas suspeitas.

Marlene de Fáveri (2009) expõe que uma das formas de ataque ao grupo de trabalhadores e/ou empresários alemães se dava no ato de substituição de seus cargos, que eram muitas vezes em posições de chefia, pela figura de uma liderança brasileira. Em Santa Catarina funcionava a Carlos Hoepcke Comércio e Indústria, de origem alemã, que sofreu boicote na importação de produtos norte-americanos e só obteve uma solução ao determinar que um brasileiro, Aderbal Ramos da Silva, seria o novo diretor-presidente.

Em Paulista, a relação entre alemães e brasileiros, de forma geral, estava pautada em uma convivência pouco amigável. Antes de eclodir o fenômeno da guerra no país, o Governo reforçava a presença dos alemães para sanar a falta de um trabalho técnico especializado nas fábricas, a população por outro lado, enxergava com desprezo a tomada de posições, geralmente altas, por estrangeiros. A Companhia de Tecidos Paulista e toda a sua composição das vilas operárias foram alvo de duras críticas por um trabalhador nacional, que resolveu expor em 1930, a diferença entre as residências dos operários para os chegados alemães.

Não é verdade que em Paulista tenha casas saneadas para operários com água, luz, fossa higiênica, nem hospital de isolamento. As casas saneadas com todo conforto que existem em Paulista são somente para os estrangeiros. As casas para operários brasileiros, com especialidade as penúltimas construídas, não são ladrilhadas, não têm latrinas de espécie alguma e muito menos luz elétrica. A água é apanhada no meio da rua, dos canos anti-higiênicos, a que dão o nome de chafarizes.

LEWIS, Susan (2006).

A prática da CTP pode ter desencadeado um estímulo para comportamentos de rivalidade entre trabalhadores alemães e brasileiros no território do Paulista, contudo, vale salientar que cada indivíduo percebia a sociedade à sua própria maneira. Inegável também mencionar o trabalho da imprensa, conduzida por figuras como Agamenon Magalhães e o próprio Getúlio, que incutiram durante o período de guerra, a perspectiva do medo sobre o Outro. É imprescindível compreender que as relações entre alemães e Governo, alemães e Estado passam pelas mudanças como um reflexo do cenário político que os cerca e define os próximos passos.

Walter Koenig, após ser temporariamente detido da Casa de Detenção, foi conduzido para o Engenho Chã Estevão. Nesse ponto, é necessário ressaltar, ainda que brevemente, a dimensão da fábrica em questão, como o empreendimento bem sucedido que foi executado pela família sueca. A Companhia de Tecidos Paulista foi considerada uma das maiores

fábricas têxteis do país durante as décadas de 30, 40 e 50. O especialista José Sérgio Leite Lopes (2021) afirma ter descoberto, na CTP, uma grande quantidade de “rastros na sua história que vazavam frequentemente para o conhecimento público.”.

A Companhia de Tecidos Paulista era propriedade da família Lundgren, de origem sueca, que atuou durante décadas em Paulista. A origem consta por volta de 1892, quando atuava ainda como usina e fábrica, somente a partir de 1920 o foco torna-se a produção têxtil. O crescimento inquestionável do empreendimento dos Lundgren compôs uma das maiores fontes de tecidos do país. Em Paulista ocorria a produção através das fábricas, mas também existia o lucro por parte da venda em suas lojas, inicialmente denominadas “Lojas Paulista” e, posteriormente, como “Casas Pernambucanas” (ALVIM, R.; LOPES, J.S.L, 1994).

A posição dos Lundgren durante o conflito mundial foi examinada com desconfiança por uma parcela da população, que via com receio o domínio dos estrangeiros no território e concebia a promoção de funcionários alemães como um sinal de apoio político aos nazistas. Diante das acusações, José Sérgio Leite Lopes afirma que a forma encontrada para se desvencilhar dos boatos foi a partir da elaboração dos uniformes do exército brasileiro na luta contra os países do Eixo. Lewis reforça que, dada a nacionalidade sueca dos Lundgren, e sendo na CTP a maior presença de alemães em Pernambuco durante o ano de 1942, os proprietários da fábrica eram frequentemente associados aos indesejáveis súditos do Eixo.

O campo de concentração Chã de Estevão, localizado próximo ao município de Paulista, precisamente em Igarassu (atual Araçoiaba), em Pernambuco, era de propriedade da família Lundgren. A utilização do engenho como um espaço de contenção de alemães era reconhecido também como um campo de internamento, conforme é possível observar através das documentações do DOPS. A maneira como o local era conhecido ou chamado reverbera o sentido em comum de aprisionamento, que foi uma realidade perante aos alemães e ao Estado.

É necessário dizer que o campo de concentração não se tratou de uma especificidade em Pernambuco, as condições que impunham a existência de um regimento como esses implicava por todo o país. Em Santa Catarina, um exemplo similar se tratou da utilização do Hospital Oscar Schneider, especializado para o tratamento de pessoas neuroatípicas, foi considerado um campo de concentração, este contudo, com o dever de abrigar presos políticos.

O caso de Santa Catarina se diferencia pelo critério de prisão, dado que este contava com alemães e teuto-brasileiros, majoritariamente advindos da Colônia Penal de Ilha Grande, no Rio de Janeiro. Enquanto o engenho pernambucano contava principalmente com possíveis

ameaças à ordem, sob a justificativa de proteção durante o fenômeno da guerra. Um aspecto de similaridade que aproxima os dois campos de concentração, além da presença dos estrangeiros alemães, é a ausência de informações sobre a vivência dentro desses locais, sendo encontrados apenas registros rasos.

As obras encontradas que mais se aproximam de uma discussão sobre o Engenho Chã de Estevão, e conseqüentemente nos auxilia com a visualização da realidade do trabalhador Walter Koenig, pertencem à Susan Lewis. A historiadora, em sua análise, utiliza do relato do alemão Hermann Franz Kempkens, que se queixava da prisão forçada. A importância de resgatar o lamento e a indignação de mais um trabalhador alemão da Companhia de Tecidos Paulista consiste em demonstrar que a situação de Walter Koenig não se tratou de uma particularidade, mas de uma situação compartilhada.

“Não estou, nas presentes condições, absolutamente, na posição financeira de garantir aos meus uma existência adequada, destacando-se a impossibilidade de educar e alimentar a minha filha de uma maneira toda indispensável. Devo privar também a minha companheira de muitas necessidades primitivas. Considerando o que acabo de expor e mais ainda considerando que durante os 7 anos que estou no território brasileiro nunca houve nada que possa ter desabonado a minha conduta moral, peço, portanto, à V.Sa. que mediante o seu alto espírito de justiça estude a possibilidade de conceder-me o retorno ao meu lugar de trabalho em Paulista”

Lewis, Susan (2005).

Hermann Franz Kempkens desejava, assim como Walter, seu local de trabalho de volta e temia por sua condição financeira. Nesse ponto, é válido ressaltar novamente que este estudo não nega a existência de alemães que defenderam o nazismo e possuíam intenções ocultas. Contudo, não há registro de qualquer investigação por parte do Estado nesse quesito, sendo a contenção de trabalhadores alemães no Chã de Estevão durante o período de guerra uma realização sem qualquer critério ou fundamento, além da nacionalidade.

Outra divergência deste campo de concentração para àquele localizado em Santa Catarina foi a participação da família Lundgren, que esbanjava poder por aquela região, que conseguiu manter os trabalhadores em um local de sua propriedade. As despesas dos trabalhadores alemães presos e de sua família foram custeados pela Companhia, Walter Koenig expõe no processo que uma despesa médica que teve foi paga com o auxílio da empresa. O interesse por trás da conduta da fábrica não aparece de forma cristalina, e abre margem para suposições.

Seria o desejo em manter os empregados, que possuíam as requisitadas competências técnicas? Mas se foi o caso, por qual motivo o processo de Walter Koenig se encerra com uma conciliação? Conciliação esta que foi rejeitada por diversas vezes durante o processo, dado que o conflito judicial foi regado de acusações. Durante o trâmite a remediação da conciliação significava que o trabalhador não voltaria ao local de trabalho, daí deu-se a busca pelo direito de estabilidade, concedido ao funcionário que possuía 10 anos ou mais de serviço, conforme a legislação trabalhista da época.

A empresa, de um lado, negava o vínculo empregatício com o funcionário durante os anos que o mesmo esteve preso, ainda que tenha bancado suas despesas no Chã de Estevão. Por outro lado, há o trabalhador, que se esforça em demonstrar a existência de vínculo, guiado pela vontade de continuar – partilhada com companheiros de trabalho, como era o caso do inglês, o gerente Srº Tass. O fim se dá com uma condenação da Companhia, que consegue reverter, sem qualquer explicação, a conduta do trabalhador que passa a aceitar sem questionar o reajuste no valor da indenização paga.

Acerca das questões lançadas, é possível citar Susan Lewis, que parece responder, em partes, a possível causa da formação do Chã de Estevão. Através dos relatos de alemães, é perceptível o discurso que afirma que o acordo realizado por Cel. Frederico João Lundgren objetivava proteger os estrangeiros e suas famílias. No entanto, a questão da real motivação permanece sem respostas, seria somente a identificação com o estrangeiro suficiente para a formação de um cenário tão atípico em Pernambuco? Apesar da ausência de respostas para determinados questionamentos, é possível extrair boas perguntas e perspectivas através do trabalho alinhado com a documentação.

## **A DOCUMENTAÇÃO COMO GUIA**

Walter Koenig, um trabalhador alemão de uma das empresas mais bem sucedidas do Brasil na década de 1930 foi preso em um campo de concentração durante a Segunda Guerra, em dezembro de 1942. O ocorrido não foi inédito, pois aparece retratado com outros trabalhadores de mesma nacionalidade em diferentes fontes, como jornais, testemunhos e arquivos do DOPS. O processo trabalhista ajuizado nos revela mais uma possibilidade de olhar para a questão e para a maneira como a mesma está inserida em um cenário político e social. Afinal, conforme explica Sidney Chalhoub (2001), a historiografia não deve estar inclinada na intenção de reproduzir o ocorrido, mas na de proporcionar “as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam em cada caso”.

É pertinente mencionar a consideração elaborada por Eneida Melo Correia de Araújo ao afirmar que, “Sem memória, não se pode falar em pesquisa histórica. Sem memória, impede-se o indivíduo de conhecer sua origem, fragilizando a sua cidadania e dignidade.”. A afirmação foi acompanhada pela pesquisa de Isabel Guillen, que aponta para uma relação entre memória e patrimônio em que não há intuito de congelamento da cultura, mas a valorização da cidadania plena. As explanações complementam e articulam a importância que consiste na pesquisa histórica e na indissociável relação que possui com a memória.

Conceber o entendimento da valorização da conservação documental como uma representação de respeito pela cidadania, nos reforça o dever como sociedade em cultivar a manutenção das histórias e suas narrativas, conseqüentemente também dos processos trabalhistas. Fernando Teixeira afirma que “Cada documento carrega, mesmo que não o saibamos, a história de sua própria sobrevivência”, em seu fazer histórico, o autor informa como processos trabalhistas têm sido por décadas destruídos pela ausência de políticas de conservação.

O processo em questão, que introduz a exploração pelo cenário proposto, faz parte de um acervo mantido há mais de uma década por uma universidade pública, a UFPE, que possui a salvaguarda dos processos trabalhistas que estavam no TRT 6ª Região. A salvaguarda, explica Christine Dabat, ocorreu através de negociações entre as partes, estando do lado interessado professores do Departamento de História da universidade e pesquisadores do Programa de Pós-Graduação. O destino dos mais de 200 mil processos trabalhistas que se encontram no acervo, caso a negociação não fosse favorável, seria seu descarte como papel velho.

Acerca dessa percepção de inutilidade sobre a documentação dos processos trabalhistas, Fernando Teixeira explica que parte das autoridades jurídicas já se manifestaram sobre o tema, com a premissa de solucionar a congestão de processos em locais inapropriados, como banheiros de juízes. Cita um relatório elaborado em 1974, que trata sobre a decisão de incinerar processos, que advém de uma determinação do Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid. A alternativa elaborada pelo citado ministro faz parte de um pensamento compartilhado por muitos.

A problemática possui inúmeros pontos a serem colocados, e as universidades públicas têm sido, atualmente, uma forma de lidar com a questão, mesmo que incompreendida por determinados públicos fora do campo de estudo das ciências humanas. Nas palavras de Christine Dabat, “tenta-se convencer os responsáveis do valor de tais conjuntos documentais, embora ainda persista, infelizmente, certa visão em considerá-los

apenas como quantidade de metros cúbicos de montes de papéis velhos”. Assim, conservar tais processos trabalhistas é ir na contramão do senso comum. A defesa dessa conservação merece ser apreciada por novos públicos, sendo importante sua oferta na sociedade fora da academia. A partir desta premissa, que almeja a visualização de novas perspectivas, o papel da educação se introduz.

Trazer para a sala de aula do ensino básico uma documentação pouco utilizada neste espaço é levar também discussões que aparecem com maior frequência nos meios acadêmicos. A proposta é interessante pois permeia novas questões que podem ser discutidas através de diferentes pontos de vista e levanta pormenores próprios do documento. A iniciativa pode ser interessante para parte dos docentes, mas não deve ser difundida com um critério de obrigatoriedade, ou sequer como um fator que qualifica ou desqualifica a metodologia do professor.

Segundo Flávia Caimi (2008), o uso de fontes históricas “não significa decretar a dependência da história escolar em relação ao conhecimento acadêmico, tampouco tomá-la como um saber inferior na hierarquia de conhecimentos”. Assim, compreende-se que os dois ambientes de ensino, conforme explica Circe Bittencourt (2008), possuem sua própria importância e almejam objetivos particulares. No caso do ambiente escolar, a autora expõe como principal objetivo a contribuição para o desenvolvimento de uma autonomia intelectual do estudante, para que este possa analisar de forma crítica a sociedade em que está inserido.

Espera-se que a utilização de documentos históricos, ou especificamente ressaltando nesse caso, processos trabalhistas, possam ser aliados na construção de um ambiente propício para o estímulo crítico. O docente que optar pelo seu uso deve ter em mente os objetivos concretos que coexistem no ensino básico, sem se deixar perder pela pretensão de anseios que não correspondem ao local. A utilização, portanto, deve ser planejada para a turma que receberá a aula.

Sobre o planejamento, Bittencourt explica que jovens e crianças não dominam o contexto histórico em que o documento está inserido e também a sua linguagem pode dificultar o contato com os estudantes. O primeiro ponto exposto é essencial, visto que a documentação em âmbito escolar é uma ferramenta de construção da compreensão de um cenário. Caso o processo trabalhista de Walter Koenig fosse utilizado, por exemplo, seria possível abordar temáticas como o Estado Novo, o projeto de nacionalização e as políticas com relação aos alemães durante a Segunda Guerra. O segundo ponto de Bittencourt trata de priorizar a compreensão do público que compõe o ensino básico. É primordial a preservação desse ponto no momento de ministrar aulas, visto que privilegia o aproveitamento da aula e

também busca evitar uma experiência negativa para os estudantes, que poderiam ter uma impressão de uma matéria inacessível.

No caso dos processos trabalhistas existe a barreira da linguagem jurídica, que possui seus próprios termos e formalidades. A característica própria da documentação não deve ser um fator que impossibilite seu uso, mas para que exista êxito na prática é importante que o docente domine aquela documentação, no sentido de explicá-la e explicar seus termos em uma linguagem familiar. Caimi explica que o caráter lúdico buscado no campo escolar objetiva uma participação menos passiva do estudante, visando tornar a história escolar mais atrativa. O papel assumido pela pessoa docente consiste em mediar o encontro entre a documentação e o estudante, sem censurar dúvidas ou comportamentos instalados pela novidade.

Além do possível uso por professores no cotidiano escolar, existem também iniciativas fomentadas em universidades, que buscam propiciar o contato com processos trabalhistas através de contextos não usuais no dia-a-dia escolar. O Laboratório de História e Memória (LAHM), que armazena o processo trabalhista objeto de estudo deste artigo, atuou com iniciativas direcionadas para a escola. Existiram oficinas, ministradas por estudantes da graduação em História da UFPE, em que escolas eram convidadas a conhecerem o acervo na universidade. Houveram também ações nas próprias escolas, focadas em levar a documentação e apresentar os assuntos escolares com a utilização de uma fonte que encaminhe as discussões a partir de outros dados e perspectivas.

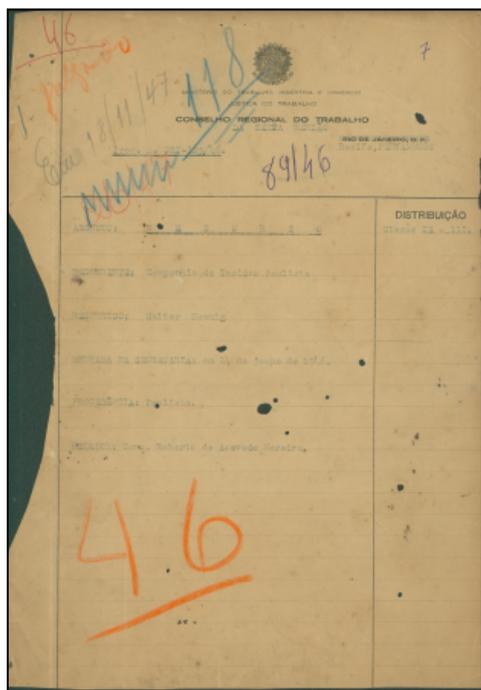
Outra iniciativa semelhante, que estreita os laços e incita o uso de processos trabalhistas está nas ações difundidas no Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba (NDH-CH/UEPB). Os processos trabalhistas conservados na UEPB são advindos do TRT 13ª Região, e no artigo de PIBIC intitulado, “‘Brincando’ com os documentos trabalhistas: propostas e possibilidades para o ensino de História”, os graduandos detalham sua experiência com a fonte. Declaram que foi realizada uma leitura analítica dos processos para uma seleção criteriosa sobre quais seriam possíveis de relacionar com temáticas do presentismo, possíveis de serem articuladas para seus objetivos. Entre as diversas etapas do procedimento, o resultado final foi a elaboração de propostas para o ensino em sala de aula com esse tipo de documentação.

A proposta do PIBID, sob supervisão do professor universitário João Batista Gonçalves Bueno, demonstra uma atitude benéfica para o ensino acadêmico, pois busca preparar futuros profissionais para a elaboração de uma aula com fontes históricas. Conforme

Caimi apontava, em 2008, uma das maiores dificuldades da utilização de fontes históricas em sala de aula, tratava-se da falta de preparação durante a graduação.

Iniciativas como as citadas promovem um estímulo que pode ser sentido de forma gradual, ainda que usar processos trabalhistas não seja um fator inédito, é inegável que sua presença em território escolar perpetua a fuga de um ensino regado por metodologias tradicionais. E, mesmo que seu uso não seja de caráter obrigatório para uma boa aula, é possível encontrar o sentido de sua manutenção no entendimento humano de si como sujeito pertencente a uma comunidade. Entendimento que deve estar fundamentado no olhar para os acontecimentos históricos de diversas perspectivas, sendo o estudante permitido de instituir suas próprias análises, respaldado pelo sentido crítico que a educação histórica deve cultivar.

As ilustrações em seguida demonstram partes do processo como sugestões para uso em uma sala de aula, dado que a visualização do documento pode aproximar o público estudantil de um objeto até então desconhecido. Há também uma ilustração da Companhia de Tecidos Paulista, que pode auxiliar na tarefa de dimensionar como era a fábrica que deixou de existir. As fotos do processo foram retiradas do site do acervo que realizou a sua catalogação.<sup>2</sup>



Capa do processo com alguns buracos e falhas devido ao tempo. A numeração aparece no topo: 89/46, significando que foi ordenado como o processo 89 do ano de 1946.

Teve lugar a continuação da audiência. Interrogatório do reclamante:- WALTER HEINRICH KOENIG, alemão, de 38 anos de idade, casado, residente nesta cidade. Interrogado disse:- que entrou para o serviço da reclamada a vinte e cinco de junho de mil novecentos e trinta e três, em virtude de contrato por quatro anos; que esse contrato foi uma vez renovado, e continuou depois sem assinatura de novo contrato; que o seu salário era de mil e seiscentos cruzeiros (Cr\$...... 1.600,00); que foi afastado do serviço no dia 8 de abril de 1942, quando foi recolhido a Casa de Detenção, no Recife, em

Interrogatório durante as audiências trabalhistas. A apresentação de detalhes sobre o indivíduo estimulam o imaginário e a conexão com a fonte. Informação sobre o salário possível de ser utilizada para debates em sala de aula.

vigorou para todos os efeitos o seu contrato de trabalho. As suas atitudes e as suas convicções políticas, consideradas pelo Governo perigosas á Segurança do Estado, podem alterar de qualquer modo as condições normais de pagamento, no tocante a rescisão do contrato de trabalho? Os arts. 3º e 4º

O advogado da empresa acusa o funcionário de possuir ideologias nazistas. Seria uma verdade ou mera estratégia para se retirar da posição de pagadora de indenização?



As Casas Pernambucanas, que vendiam tecidos fabricados em Paulista.



A Companhia de Tecidos Paulista, responsável por conceder o título de “cidade das chaminés” durante as décadas que se estabeleceu no município de Paulista.

## CONCLUSÃO

O caso de Walter Koenig possui uma riqueza de informações para a historiografia do estado de Pernambuco e do período do Estado Novo (1937-1945), pois demonstra a vivência de um trabalhador alemão em Paulista no momento em que o Brasil estava inserido na Segunda Guerra. Devido a sua nacionalidade, o trabalhador foi afastado de forma obrigatória do seu local de trabalho e obteve uma mudança radical na sua rotina. A partir do auto trabalhista e de seus desdobramentos é possível identificar, aliado com as bibliografias utilizadas, qual foi a postura apresentada pelo Estado e por sua população, por vezes construída em uma desconfiança constante, compreensível pelo perigo da guerra.

A situação vivenciada pelo trabalhador alemão auxilia no desenvolvimento de um entendimento sobre como a história de Pernambuco, e especialmente a do município de Paulista, está composta por questões que merecem atenção. O contexto em que se permeia a narrativa é de uma ditadura construída por Getúlio Vargas e seus aliados – estejam eles no governo, na polícia ou no povo.

O caminho traçado possibilitou partir para uma compreensão sobre como Getúlio Vargas ganhou espaço e poder para consagrar uma ditadura. É possível também identificar como o seu projeto de nacionalização impacta na dinâmica de estrangeiros, antes da Segunda Guerra Mundial, e como este fator é instável e guiado por eventos de ordem externa e interna, como é o caso de judeus, alemães e japoneses.

O reconhecimento da riqueza de dados que compõem o processo trabalhista demonstra seu uso como uma possibilidade para o ensino da História. Considera-se que o uso dos processos trabalhistas demanda uma afinidade do professor com a documentação, para que possa ser o agente facilitador do conhecimento do estudante, a partir da leitura dos sinais que estão contidos na fonte. Nas palavras de João Batista Gonçalves Bueno, é possível usufruir da fonte ao admitir que “tem um algo mais nas entrelinhas de cada processo, despertando no aluno senso investigativo”.

Assim, o estudo em questão propicia uma experiência de saber que pode ser vivida no ensino básico, como um recurso adicional extremamente poderoso. No caso de Pernambuco, a temática e o processo trabalhista possuem uma riqueza excepcional para o entendimento da História local e reflexão crítica sobre a mesma. A incitação ao uso documental no ensino básico atua como uma provocação ao docente, no intuito de tornar comum o debate presente fora do âmbito acadêmico. A ideia cumpre com a prerrogativa de tornar o ensino de História uma prática com vertente crítica, distante dos modelos tradicionais.

O presente trabalho busca beneficiar o ambiente escolar ao mesmo tempo em que insere novos pontos nas discussões acadêmicas. Assim, as bibliografias analisadas mesclam-se com o processo trabalhista do alemão e proporcionam um olhar com atenção para os moldes do Estado Novo em Paulista, Pernambuco, e conseqüentemente no país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, E. M. C. **A importância da consolidação das leis do trabalho e a preservação do acervo documental do Tribunal Regional da Sexta Região.** Revista, v. 23, p. 37-41, 2013.

BITTENCOURT, C. M. F. Usos didáticos de documentos. In: BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2009. v. 01, p.325-343.

BUENO, João Batista Gonçalves; NUNES, Sandeilson Beserra; SILVA, Mirelly Maciel. **"Brincando" com os documentos trabalhistas: Propostas e possibilidades para o ensino da História.** In: SEMANA NACIONAL DE HISTÓRIA DO CFP/UFCG, VII., 2015, Campina Grande. Anais: 2015, p. 176-185.

CAIMI, Flávia Eloisa. **Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar.** Anos 90, v. 15, n. 28, 2008.

CANCELLI, Elizabeth . Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente. In: Dulce Pandolfi. (Org.). **Repensando o Estado Novo.** 02 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, v. , p. 309-326.

CAPELATO, M. H. R. . Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: Dulce Pandolfi. (Org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: FGV, 1999, v. , p. 167-178.

CAPELATO, M. H. R. . O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Org.). **O Brasil Republicano. O Tempo do Nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 2, p. 107-143.

DABAT, Christine Rufino. A rica história dos trabalhadores segundo os arquivos da Justiça do Trabalho: incitação à pesquisa. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (org). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba**. Campina Grande: EDUEPB, 2015, p. 359-400.

FÁVERI, M. de. **Tempos de intolerância: repressão aos estrangeiros durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina**. Esboços (UFSC) , v. 16, p. 91-109, 2009.

GOMES, A. M. C. ; SILVA, F. T. . O nó na madeira: a expansão nacional da Justiça do Trabalho no Brasil. In: Alisson Droppa; Aristeu E. Machado Lopes; Clarice G. Esperanza. (Org.). **História do Trabalho revisitada: justiça, ofícios, acervos**. 1ed. Jundiá: Paco Editorial, 2018, v. 1, p. 17-50.

RAHMEIER, Andrea Helena Petry. Encontro Estadual de História – Vestígios do Passado: a história e suas fontes. Alemanha e Brasil, as relações diplomáticas em 1938. 2008. (Encontro).

LACERDA, Maria Lana Monteiro de. **Súditos do mal : o cotidiano da repressão policial sobre os alemães em Pernambuco (1937-1945)**. Orientadora: Isabel Cristina Martins Guillen, 2006. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

LENHARO, Alcir. Pátria como família. In: Alcir Lenharo. **Sacralização da Política**. 1 ed. Campinas: Papyrus, 1986 p. 19-51.

LEWIS, Susan; Torres Montenegro, Antonio. **Indesejáveis e perigosos na arena política: Pernambuco, o anti-semitismo e a questão alemã durante o Estado Novo (1937-1945)**. 2005. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

OLIVEIRA, L. L. . Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org.). **O Brasil Republicano. O Tempo**

**do Nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 2, p. 323-349.

PANDOLFI, D. C. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: Jorge Ferreira; Lucília Neves Delgado. (Org.). **O Brasil Republicano. O Tempo do Nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 2, p. 13-37.

PEREIRA, Márcio José. **Politizando o cotidiano: repressão aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial.** Maringá: DUGRAFI, 2010 (Resumos de dissertações e teses).

TEIXEIRA, Fernando. Nem crematório de fontes, nem museu de curiosidades: Por que preservar os documentos da Justiça do Trabalho. In: BIAVASCHI, M. B.; LÜBBE, A.; MIRANDA, M. G. (Org.). **Memória e preservação de documentos: direitos do cidadão.** 01. ed. São Paulo: LTr, 2007.